

AQUISIÇÃO E AMPLIAÇÃO DO VOCABULÁRIO ACADÊMICO – CONTEXTO IDEOLÓGICO CULTURAL

Antonieta LAFACE¹

- **RESUMO:** Trata-se de uma reflexão sobre o vocabulário de áreas disciplinares, estudadas na escola do segundo grau e desta para a universidade. Com base nos princípios teóricos da lexicologia e da definição terminológica, pretende-se mostrar a necessidade de sistematização de atividades pedagógicas, orientadas para contextos ideológicos. No exemplo dado, foram tomados os critérios de tempo e lugar, trabalhados na área de História, para demonstrar como as definições podem ser veiculadas no universo de conhecimento.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Definição; léxico; ensino; vocabulário.

0 Introdução

É de supor que as instituições educacionais respondam por atividades pedagógicas que venham a estimular a interação do indivíduo com o universo social. É de acreditar que essas atividades venham a acompanhar os impactos transformadores da ciência e da tecnologia, contribuir para a divulgação do saber e propiciar a reformulação de idéias, noções e conceitos. É de esperar que essa divulgação seja função preliminar da escola e que as estratégias de ensino estejam direcionadas à formação do indivíduo.

¹ Departamento de Linguística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 19800-000 – Assis – SP.

Paradoxalmente, sabemos das muitas dificuldades por que passa a escola na tentativa de dar ao indivíduo a formação necessária à sua interação com as realidades ideológicas e culturais. Ao que parece, ela tem se apresentado como cultura secundária e, gradativamente, tem perdido o seu papel divulgador. Tem se tornado transmissora de um saber reprodutor da consciência histórica e social, sem articular os diferentes discursos e as diferentes linguagens. Assim, ao fazer a descrição virtual do objeto de conhecimento, tem provocado um distanciamento do indivíduo com as realidades do mundo. Em consequência, os problemas, referentes à aquisição e ao domínio do saber específico das áreas de estudo, multiplicam-se.

Pretendemos, neste artigo, fazer algumas reflexões didático-pedagógicas a respeito da aquisição e ampliação do vocabulário, referente a disciplinas estudadas na escola – atenção voltada para o segundo grau e deste para a universidade. Objetivamos mostrar como, numa simples leitura do texto jornalístico, as definições do universo científico se ajustam a contextos socioculturais existentes, com vistas à divulgação e à transmissão do saber.

Para tanto, pressupomos que a linguagem pedagógica seja mediadora da linguagem científica com a social, devendo, portanto, responder pela aquisição e reformulação constante do conhecimento. O ensino do vocabulário em áreas de atuação acadêmica deverá prever o uso nos diferentes discursos e nas diferentes linguagens, condicionadas a tempo e lugar. O estudo da definição de um termo vocabular deve prever adequação às necessidades históricas e sociais, mantendo-se a base semântica que a sustenta nos diferentes contextos, quer científico, pedagógico ou social.

1 Universo escolar e vocabulário acadêmico

Forquin (1995) afirma que a escola deve contribuir para a fabricação da memória coletiva. É de sua responsabilidade dar condições ao aluno para articular os fatos e acontecimentos do universo cultural. Nas atividades programadas, deve fazer a relação de situações de conflito com a possibilidade de solução que leve a um equilíbrio de forças existentes no e entre os grupos sociais. As atividades pedagógicas devem conectar as realidades do mundo com os universos histórico e social, ideológico e cultural, propiciando a criticidade e a reconstrução do saber adquirido.

Nessa perspectiva, o ensino do vocabulário estará centrado na dimensão ideológica da linguagem, determinada pela seleção de conceitos e definições dos objetos de conhecimento que tramitam na comunidade social, conforme as necessidades de divulgação. Essa seleção surge pela decantação e pela reinterpretação permanente da herança cultural, ligada às gerações, em que passado e presente se encontram filtrados e reintegrados.

Nesse aspecto, as idéias, os conhecimentos, as técnicas e as práticas sociais devem fazer parte dos programas disciplinares ensinados na escola, de forma a haver recortes culturais do universo humano, com base na ideologia de uma época. Sabemos, nesse particular, que as informações selecionadas para os programas educacionais tornam-se necessárias, pelo fato de que não poderíamos ensinar tudo ao mesmo tempo, mas pequena parcela do que constitui a história da sociedade.

Brito (apud Jorge, 1994) considera que a organização das atividades educacionais constitui livre associação do ensino com as diferentes realidades existentes, sendo ele, o ensino, trampolim da ciência teórica para a ciência aplicada. Dessa forma, o modo de seleção, de legitimação e de transmissão do saber escolar determina-se como critério de divulgação de informações científicas, tratadas como manifesto cultural.

A ação disciplinar e a prática pedagógica relacionam-se à história da humanidade, na medida em que o progresso, existente no campo das idéias, da tecnologia e da ciência influi no desenvolvimento e no aperfeiçoamento das atividades educativas. Qualquer que seja o tipo de sistematização das práticas pedagógicas, essa sistematização não estará rompendo com o laço cultural ou histórico. Estará, antes, requerendo grande dose de situações pragmáticas do conhecimento científico, transposto para o universo acadêmico.

Jorge (1994) reitera essa posição, preocupando-se com o ensino do vocabulário técnico e científico no segundo grau. Considera que toda mobilidade vocabular de áreas disciplinares deva viabilizar a ampliação do universo de conhecimento, tendo por base a especificidade e a natureza de cada uma, como, por exemplo, da matemática e das ciências em geral. A perspectiva histórica e a cultural do ensino atrelam-se à perspectiva tecnológica, culminando na sistematização e na racionalização das atividades pedagógicas, como conjunto de funções, baseadas na investigação empírica.

O ensino, dentro dessa perspectiva, parece inclinar-se para a resolução dos problemas sociais e, por meio dos procedimentos didáticos,

viabilizar decisões pragmáticas. No universo histórico-cultural, pretende fazer a interação de processos ideológicos e sociais, abrangendo o sistema educacional e as peculiaridades das instituições escolares. Nesse caso, as estratégias metodológicas que compreendem o ensino do vocabulário situam-se no âmbito do universo social, atrelando-se a ele o cultural, o histórico e o tecnológico.

Diante disso, tratar o vocabulário de natureza científica no universo escolar significa veicular suas peculiaridades, para que possa haver uma ponte mediadora do discurso científico para o social. Essa mediação torna possível a pragmatização das definições terminológicas, atendendo à multidisciplinaridade das áreas de estudo, de forma a ampliar o domínio do vocabulário dessas áreas, no universo acadêmico.

Torna-se, portanto, necessário um trabalho pedagógico que faça o aluno perceber que, nas diferentes situações de uso, a base semântica de cada vocábulo, encontrado no seu material didático, deve ser recuperada, tendo em vista que as adequações de sentido de uma unidade lexical, no espaço enunciativo da linguagem, são uma constante. E mesmo que a escola pressuponha que o aluno domine o vocabulário específico das disciplinas estudadas, as atividades pedagógicas deverão ser orientadas para um estudo acadêmico que possa fazer interagir a linguagem científica com as linguagens articuladas no universo social.

Para tanto, os conteúdos programáticos devem refletir o acervo patrimonial das idéias e dos conhecimentos científicos, em vigor na sociedade. Por esse acervo, podemos explicar a cultura ideológica e a importância do universo pedagógico, para que o aluno venha a mobilizar situações pragmáticas do saber adquirido.

2 Conceitos e definições no universo vocabular

Conceitos e definições de termos sustentam-se, sobretudo, pela noção de uso na língua. Constituem parâmetro para adequações produtivas e significativas da linguagem, já que permitem a divulgação de informações técnicas na comunidade social. Na produção de conhecimento, determinam-se como processo. Na dimensão do significado de base de uma unidade lexical, expandem-se e ligam-se ao uso, descrevendo uma certa realidade de mundo. Serão atividade comunicativa do homem, como produção de um saber, e expressão analítica de ideologias culturais, como manifestação.

Lembramos que a definição de um termo resulta de uma descrição semântica, cultural e social de um objeto de conhecimento cujo paradigma de informações se dá por registro dicionarizado, com frequências aceitáveis e representativas na língua. Assim, articular uma unidade lexical de natureza científica, nas diferentes linguagens, é observar as áreas de saber nas quais ela se insere.

Segundo Sager (1982), a definição de um termo apresenta-se como suporte da informação que, transferida para vários domínios do saber, permite a descrição de certo objeto de conhecimento – um processo no conjunto de relações significativas da linguagem. Analogamente, conceitos extraídos de uma definição são dados como produto de uma seleção de informações técnicas desse objeto, adequando-se aos diferentes discursos e às diferentes linguagens, conforme as necessidades de uso.

Para o autor, os conceitos constituem-se unidade de conhecimento de um sistema, traçado por uma hierarquia descritiva de traços nocionais e conceptuais de certo objeto do saber. Esses traços sustentam-se pelas características intrínsecas e extrínsecas da linguagem e, ainda, pela sucessão de unidades significativas, construídas com base nas ideologias, em que tempo e espaço são definidos pelo homem, produtor de conhecimento.

Segundo Dahalberg (1983), há dois tipos de definição de uma unidade lexical: a analítica e a conceptual. Qualquer um desses tipos integra o objeto referente, descreve suas características, permitindo situá-lo no tempo e no espaço, para colocá-lo na sua própria textualidade.

A definição será conceptual quando estiver prevendo as dimensões do conceito. Haverá certa padronização de ideologias culturais e históricas da comunidade social, determinadas pela época e pelo lugar. Haverá, também, a preservação das características definicionais que identificam a sua natureza. Será analítica, quando essa padronização vier a se integrar nas dimensões identificatórias desse objeto, considerando-se a sua natureza e as suas características de base.

Nesse aspecto, as definições que descrevem o universo do saber devem ajustar-se a situações concretas de uso, nos parâmetros analíticos e conceptuais. São designadas pelo termo, a partir de um sistema de relações lexicais, construtoras do referencial desse universo. E, ainda, o termo, sendo o elemento mínimo da linguagem de natureza científica, torna-se suscetível a relações de sentido no discurso. Por essa razão, as definições permitem posicionamentos que dizem respeito a conceitos diversos com diferentes usos.

Bem por isso, as atividades acadêmicas, relacionadas ao estudo do vocabulário, terão por objetivo preservar a dimensão conceptual do objeto de estudo, dando ao aluno condições para operacionalizar situações pragmáticas do saber, conforme circunstâncias apresentadas.

Para a sistematização dessas atividades, as definições e as designações serão o ponto de partida para a divulgação de informações do saber científico, permeando o espaço cultural e histórico do homem. Os meios de comunicação respondem por essa divulgação, apropriando-se do saber científico, de forma a mobilizar ideologias presentes no universo social. O poder de persuasão sobre o grupo social acentua-se conforme conveniências institucionais. Em conseqüência, fatos e acontecimentos são relatados segundo a visão de universo que se queira transmitir.

Dessa forma, o vocabulário terminológico de áreas de estudo, a ser adquirido e ampliado, exige um conjunto de estratégias pedagógicas para que o aluno não perca de vista a natureza científica das informações. E ainda, para que, dentre as inúmeras possibilidades de transposição e divulgação do conhecimento, ele possa operacionalizar, com habilidade, os deslocamentos, a adequação e a integração de unidades vocabulares, nos espaços temáticos da produção interacional comunicativa.

3 A título de exemplificação

Considerando-se a atividade de leitura pedagógica da crônica “Faeneradores” de Roberto Campos, publicada na *Folha de S. Paulo* (em anexo), o aluno deverá ser levado a perceber que os enunciados temáticos abrem-se para a diversidade de conceitos definicionais dos termos referentes à política econômica, definida em contextos históricos diferenciados. Assim, ele saberá que:

- 3.1. “Os romanos não possuíam bancos. Nos bons tempos heróicos do cidadão-soldado que lavrava o solo com a mão, a base da vida eram a terra e o gado (donde o termo ‘pecúnia’). E os lotes distribuídos aos veteranos para cultivarem com as suas famílias – dez ‘juguera’, talvez menos de três hectares – seriam considerados chinfrins pelo nosso MST (Movimento dos Sem-Terra).”

Na leitura desses enunciados, ele terá diante de si os conceitos e as definições de termos, indicadores de dois períodos da História Univer-

sal: a dos romanos, na época antiga, e a do nosso país, no momento atual. Tomará consciência de que passado e presente integram-se, analogamente, no processo contínuo de construção e de reconstrução dos universos social e cultural.

Ficará diante do que podemos chamar túnel do tempo, que se abre e se agrega à produção de conhecimento, denotando, de um lado, as particularidades históricas e culturais de um povo e, de outro, os pontos de encontro com povos de uma mesma época ou de épocas diferentes. E se o tempo importa para a constante reorganização do universo humano, o lugar marca o ponto exato dos acontecimentos e evidencia hábitos e formas da vida histórica e cultural, próprias a um povo, abrangentes a outros povos.

Nessa perspectiva, atividades pedagógicas que envolvem o vocabulário temático do texto serão desenvolvidas pelo aluno, conforme o conhecimento prévio que ele tem das definições terminológicas encontradas, no momento da sua leitura. Estará atento à base definicional de cada um dos termos, para que não venha a perder de vista a temática que está sendo construída pelo autor, já que as definições e as designações contêm marcas ideológicas do vocabulário, exigindo habilidades, para a reorganização do universo textualizado.

Certamente, a continuidade da leitura dará a ele requisitos básicos de entendimento, considerando-se a manifestação de vários contextos terminológicos. Tempo e espaço apresentam-se como critérios de leitura, relevantes para a construção do universo enunciativo. Permitem analogias e contrastes. Criam o novo no presente, aproveitando o conhecimento do passado. Recriam o velho, fazendo-o parecer ser novo, no contraponto enunciativo de: “São antigos os problemas novos... [e] ... São novos os problemas antigos”.

Nesse contraponto, tempo e espaço estruturam-se, já pelo vocabulário básico, já pela definição de cada unidade léxica desse vocabulário no universo cultural, social e ideológico de cada povo. E é desse modo que os termos “pecúnia, crédito, financiamento...” contextualizam-se no *sistema agrário* e inter-relacionam-se com *sociedade*, cuja definição agrega-se a uma economia eminentemente agrária.

Com esses termos, os primeiros enunciados da crônica estarão revelando a ele, aluno leitor, que o “Sistema Agrário” abre-se para “lote distribuído aos veteranos [cidadão-soldado] para cultivarem...”. Pela leitura, tomará ciência de que essa distribuição baseia-se na troca ou *pecúnia*, evidenciando a “aquisição da terra a ser cultivada, através do mérito de ter sido o indivíduo um cidadão-soldado (= uma espécie de

compra)" – um sistema de troca, dado pela compra ou distribuição de terras; sistema tão antigo quanto a história do homem.

Nesse ponto, o aluno perceberá que o atual MST está ligado à "Reforma Agrária", cuja definição conceptual caminha para "sistema de distribuição de terras, sem questionamento dos méritos, mas do direito de posse" – distribuição de terras, dadas não pela troca (*pecúnia*) mas pela posse. Perceberá também que, embora no sistema romano os lotes fossem menores, a sua distribuição *chinfrim*, isto é, medíocre, seria muito menos complexa, comparada ao sistema agrário brasileiro.

As atividades pedagógicas, referentes ao vocabulário temático da crônica em questão, deverão objetivar o desenvolvimento de habilidades que permitam operacionalizar definições e conceitos, fazendo o aluno perceber que, na Roma Antiga, o termo *sociedade* faz referência a "(grupo de pessoas) [cidadão-soldado] que lavrava o solo com a mão (onde) a base da vida eram a terra e o gado..." = "constituição do sistema agrário, como forma de equilíbrio da economia".

O termo *sociedade* vincula-se, portanto, a um sistema de produção, baseado na troca ou pecúnia (dinheiro). Estruturada na cultura da terra e na criação de gado, garante-se pela economia de troca. Isto explica por que o texto deixa transparecer o fato de que, na Roma Antiga, embora não houvesse qualquer organização bancária, a economia se equilibrava. Daí ser o desenvolvimento do Sistema Agrário a base essencial da economia da época – uma situação pragmática de organização econômica, destituída de qualquer organização bancária.

Abertos os aspectos temáticos do texto, o aluno será levado a fazer uma analogia entre a Antiga Roma e o Brasil atual, no que se refere a "ter ou não ter bancos", observando o funcionamento da economia produtiva de um país. Terá melhor compreensão quando perceber que *sociedade* estará se referindo, no contexto atual, a "grupo de indivíduos com má distribuição de rendas [daí o MST], constituindo uma economia bancária deficiente e mal estruturada, portanto, inexistente, tanto quanto na Roma Antiga".

Concluirá, nesse primeiro momento de leitura, pela necessidade do Sistema Agrário, refletido no cultivo da terra e no da criação de gado. Terá consciência de que, na atualidade, um sistema bancário deficitário força uma economia desestruturada, provocando problemas quanto à distribuição de rendas, abrangendo o sistema agrário. Analogamente, a inexistência do sistema bancário faz aparecer uma economia pragmática e informal, o que não quer dizer que, na atualidade, esse sistema informal também não se faça.

3.2 “mesmo sem bancos (só mais de um milênio depois iriam desenvolver-se os instrumentos de crédito), não faltavam meios de financiamento. Seus agentes, os ‘faeneratores’, eram profissionais que emprestavam dinheiro...” constitui enunciado que remete ao sistema de agiotagem, em vigência na época.

Continuando a leitura, o aluno depreenderá o surgimento do “sistema de créditos”, determinado pela “solvência de saldos na economia de um país, considerando-se os instrumentos para o seu aproveitamento”. Essa solvência, segundo a crônica, deu-se pela economia informal, atrelada aos “faeneratores”, sendo estes os “agentes profissionais que emprestavam dinheiro a juros, com limite de até 12% ao ano”. Define-se o “sistema de créditos” pelo “sistema de agiotagem”.

O texto mostra que esses profissionais teriam sido os responsáveis por um processo econômico, baseado na agiotagem, formando uma espécie de clã financeiro, com lucros exagerados. No contraponto, o aluno estará definindo “Sistema Bancário” como “a prática da agiotagem oficial”, em equiparação à economia informal da Roma Antiga pelos altos juros cobrados.

Em continuidade, o aluno verá que, em “E, mesmo sem bancos, os romanos conheciam crises de créditos... O endividamento dos pequenos agricultores foi o fole que soprou as guerras civis...”, em que “crise de crédito” abre espaço para “mudança produzida, constantemente, na economia, gerando estados de conflitos, de decadência, de ruptura do equilíbrio produtivo da coletividade”.

Pelo contexto histórico, o aluno saberá, por meio das definições implícitas no texto, que a *crise de crédito* resulta em guerras civis, conhecidas não só na Roma Antiga, como na Grécia, até porque o sistema de agiotagem gera endividamentos, em especial, dos pequenos agricultores. Esses não têm como garantir a estabilidade econômica sem contrair dívidas cada vez mais volumosas.

Nesse ponto, a leitura do enunciado “César hesitou no recurso a medidas demagógicas de débitos, que Cícero, conhecido advogado de oposição, sempre cheio de razões morais, denunciava ferozmente” permitirá ao aluno vislumbrar, no contexto histórico, a criação de medidas de alívio temporário. Em analogia com o sistema atual, a situação não estaria sendo muito diferente, já que o endividamento dos pequenos agricultores tem provocado distúrbios na economia, fazendo surgir movimentos populares como o MST (movimento que defende aqueles que não possuem terras), com a função de criar soluções que, na verdade, são paliativas.

3.3 “Sistema de créditos” e “crise de créditos” são enunciados condicionados ao “... Plano Real” e este vinculado a “redescobrimto da experiência de 1923 – quando se adotou uma moeda paralela ... garantida em ouro e com juros, e em meses se liquidou a hiperinflação. A equipe do Real foi quase a mesma do Plano Cruzado ... com a diferença que, em 94, o governo teve condições de impor linha firme...”.

O termo “redescobrir” torna-se o ponto-chave para as possíveis soluções, já pelo “trazer para a atualidade o que já foi descoberto... descobrir novamente...” (cf. Ferreira, 1988), já pelo “transpor para a atualidade o que foi conhecido...” (cf. Houaiss, 1995), ou mesmo, “tornar conhecido o que parece estar sendo desconhecido – trazer para a atualidade o que foi experienciado...” (cf. enunciados).

Nesse ponto, surgirá para o aluno uma analogia, não mais Brasil/Roma, mas Brasil Presente/Brasil Passado, revelando-se a volta de situações já vividas, experienciadas e reconduzidas. No texto, essa recondução se faz por meio do termo “redescobrimto” = “tornar atual e novo o que foi antigo e velho...”

Desse modo, o Plano Real não seria senão o resultado de experiências do passado transpostas para o presente. Nenhuma idéia original estaria pontuando sua presença no contexto atual. O já vivido toma lugar novamente, com algumas características do tempo presente, mas com as marcas do que teria sido no passado.

Portanto, a frase “São antigos os problemas novos” permitirá ao aluno operacionalizar conceitos e definições que marcam, no vocabulário, os pontos temáticos do texto. Terá consciência de que as medidas paliativas, tentativas de solução dos problemas, apresentam-se em qualquer época e em qualquer tipo de agrupamento social. “Planos Econômicos” constituem “projetos para resolver questões econômicas de uma sociedade”. Centralizam-se na adoção de uma moeda paralela para liquidar inflações.

Assim, haverá a imposição de uma linha política, explicitada por “rendendo dividendos políticos”, mesmo com a “ausência de reformas estruturais”. Desvela-se, para o aluno, o vocabulário temático da crônica, permitindo-lhe organizar um pequeno glossário, contendo os conceitos e definições temáticas encontrados.

Glossário temático

Sistema Agrário: “1. Lote distribuído aos veteranos para cultivarem; 2. Aquisição da terra a ser cultivada pelo mérito de ter sido o indivíduo, um cidadão-soldado, uma espécie de troca de favores e de merecimento”. (Roma Antiga)

Reforma Agrária: “1. Sistema de distribuição de terras, sem questionamento de mérito; 2. Distribuição como direito de posse”. (Brasil Atual)

Sociedade: “1. Grupo de pessoas que lavrava o solo com a mão, onde a base da economia eram a terra e o gado; 2. Constituição do sistema agrário, como forma de equilíbrio da economia”. (Roma Antiga)

Sociedade: “1. Grupo de indivíduos com má distribuição de rendas; 2. Constituição de uma economia bancária deficiente e mal estruturada”. (Brasil Atual)

Faeneratores: “1. Profissionais que emprestavam dinheiro a 12% de juros ao ano”; 2. Constituição de uma economia informal no sistema de créditos”. (Roma Antiga)

Rede Bancária: sistema de créditos: “1. Solvência de saldos na economia do país, considerando-se os instrumentos para o seu aproveitamento, com a prática de empréstimos a juros exagerados; 2. Constituição de uma economia oficial, com base no sistema de agiotagem”. (Brasil Atual)

4 Nota conclusiva

Esse exemplo ilustra a necessidade de uma proposta pedagógica de ensino do vocabulário de áreas de estudo na escola, prevendo-se a interação de contextos definicionais que amoldam situações, decorrentes do uso de termos, nas diferentes situações de uso. Na temática das relações vocabulares das áreas de estudos, haverá aberturas para as ideologias existentes.

Devemos contar com a divulgação do discurso científico no pedagógico, pressupondo adaptação a novas situações do saber adquirido, do que resultarão reformulações constantes. As disciplinas escolares deverão, na verdade, funcionar como formas interativas do saber, dentro de um conjunto multidimensional de conceitos e definições que envolvem mobilizações culturais, históricas e sociais, incluindo ideologias.

LAFACE, A. Acquisition and enlargement of academic vocabulary – ideological and cultural context. *Alfa (São Paulo)*, v.42, p.87-99, 1998.

- **ABSTRACT:** *This article attempts to analyse the teaching of lexicon in the academic level of language. The study is grounded on a theoretical basis of lexicon and definition of terms. It intends to show that the definition of technical scientific terms is adjusted to different situations of usage within a ideological framework. The criteria of time and space allow us to point out how the definitions can be articulated into the academic universe through the historical context.*
- **KEYWORDS:** *Definition; terms; lexicon; teaching.*

Referências bibliográficas

- DAHALBERG, I. Faceted classification and terminology. In: *Terminology and Knowledge Engineeri in Terminology*. Quebec: Gisterm, 1983.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 1988.
- HOUAISS, A. *Enciclopédia e dicionário ilustrado*. Rio de Janeiro: Delta, 1995.
- FORQUIN, J. C. Les approches sociologiques du curriculum: orientations théoriques et perspectives de recherches. *ELA – Revue de didactologie des langues-cultures (Paris)*, p.61-6, abr.-jun. 1995.
- JORGE, L. *Inovação curricular*. São Paulo: UNIMEP, 1994.
- SAGER, J. C. La synonymie. In: COLLOQUE INTERNATIONAL DE TERMINOLOGIE, 1982, Quebec. *Actes...* Quebec: 1982. p.113-40.

Bibliografia consultada

- AUGER, P. Polyphormisme de la définition en terminologie. In: COLLOQUE INTERNATIONAL DE TERMINOLOGIE, 1982, Quebec. *Actes...* Quebec: 1982. p.101-12.
- CABRÈ, M. T. *Terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Antártida, Empúries, 1993.
- LAFACE, A. *O vocabulário no universo acadêmico: um passo para a leitura técnica*. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.
- REY, A. La définition. In: COLLOQUE INTERNATIONAL DE TERMINOLOGIE, 1982, Quebec. *Actes...* Quebec: 1982. p.281-310.

ANEXO

Faeneradores

Os romanos não possuíam bancos. Nos bons tempos heróicos do cidadão-soldado que lavrava o solo com a mão, a base da vida eram a terra e o gado (donde o termo “pecúnia”). E os lotes distribuídos aos veteranos para cultivarem com as suas famílias – dez “jugera”, talvez menos de três hectares – seriam considerados chinfrins pelo nosso MST (Movimento dos Sem-Terra).

Mas, mesmo sem bancos (só mais de um milênio depois iriam desenvolver-se os instrumentos de crédito), não faltavam meios de financiamento. Seus agentes, os “faeneradores”, eram profissionais que emprestavam dinheiro, freqüentemente de gente “bem” que não queria aparecer. Emprestar a juros era permitido (havia até um limite de 12% ao ano...).

E, mesmo sem bancos, os romanos conheciam crises de crédito (como também os gregos, pois as primeiras medidas de alívio temporário aos devedores foram tomadas em Éfeso, no século 3 a. C.). O endividamento dos pequenos agricultores foi o fole que soprou as guerras civis, de Mário e Sulla, e dos Gracos, e acabou liquidando a República, com César, um intelectual muito versátil.

César hesitou no recurso a medidas demagógicas de débitos, que Cícero, conhecido advogado de oposição, sempre cheio de razões morais, denunciava ferozmente.

No Império, no ano 33 da nossa era, Tibério enfrentou outra crise brava, criando um fundo de cem milhões de sestércios para ser emprestado sem juros a devedores meritórios. São antigos os problemas novos.

Por esquecê-los, o governo está, agora, numa entaladela: se correr o bicho pega, se ficar o bicho come. Países responsáveis passam problemas de liquidez, bancos vão à breca e, às vezes, os governos têm de intervir com dinheiro para evitar que tumores locais provoquem septicemia no sistema.

O Plano Real partiu do redescobrimento da experiência de 1923 – quando se adotou uma moeda paralela, o rentenmark, garantida em ouro e com juros, e em meses se liquidou a hiperinflação. A equipe do Real foi quase a mesma do Plano Cruzado, de 1986, com a diferença que, em 94, o governo teve condições de impor uma linha firme, que rendeu grandes dividendos políticos, a despeito de ausência de reformas estruturais.

Roberto Campos (*Folha de S.Paulo*, 20 de maio de 1996)